

A EXTENSIONALIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIJUÍ

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)
Nelson José Thesing
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)
Gustavo Arno Drews
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)

RESUMO

Investigar a Extensão Universitária como um dos pressupostos para implementar o desenvolvimento regional, significa, antes de tudo, olhar a natureza da Instituição. A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como a maioria das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, foram constituídas na década de 40 e 60 e mantêm, em seus estatutos, a marca da pertinência comunitária e do desenvolvimento regional. Trata-se de uma forte missão que busca fortalecer o humano, compreendendo o homem em toda a sua dimensão de sustentabilidade, na sua capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais, o que empodera o movimento extensionista, mediante um fazer acadêmico que desafia, de forma especial, as competências acadêmicas, a geração de novos conhecimentos e a disseminação dos mesmos, o que se transforma em um processo complexo face à natureza e a diversidade do trabalho no mundo acadêmico e comunitário. Inserida nesse contexto, a Extensão Universitária apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere no “pensar” e no “fazer” em toda a academia, bem como na comunidade, para adaptar-se ao ambiente cada vez mais competitivo, o que desafia o trabalho coletivo das ações comunitárias e aponta a necessidade da excelência e organicidade de suas ações, da consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região. Por fim, o delineamento metodológico deste trabalho, contempla o caminho qualitativo, ao utilizar a pesquisa documental e a interpretação das vivências comunitárias.

Palavras-chave: Universidade Comunitária; Extensão; Conhecimento; Desenvolvimento.

1. EXTENSIONALIDADE – PERSPECTIVA HISTÓRICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na década de 1950 e 1960 surgem inúmeros movimentos no mundo e no país, que buscam transformações em todas as áreas da sociedade, de forma especial, a classe média e uma parcela das camadas populares que apoderaram a luta pela ampliação dos canais de acesso ao ensino, de forma pontual, o superior, bem como por uma universidade autônoma.

Em Recife surge um movimento por uma universidade autônoma e transformadora, liderada pelo movimento extensionista (Extensão Cultural) que desenvolveu um ambiente para potencializar o método de Paulo Freire. Essa iniciativa foi interrompida de forma arbitrária pelo regime absolutista, com a cassação e expulsão do país de Paulo Freire, bem como a proibição da publicação de suas ideias no Brasil. Porém, no Peru suas ideias foram efetivadas, no governo de Veloso Alvarado, que propunha a Extensão Cultural para o ensino superior, mas também uma ação exercida por docentes e discentes dos ensinos fundamental e médio (ROCHA, 2001, p.22).

Neste mesmo período, décadas de 1950 e 1960, surge, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, um movimento social que tinha como bandeira a conquista de melhores condições de vida da população, ao apontar uma melhor distribuição de renda, ou seja, uma democratização econômica e política, mediante a inclusão das camadas sociais mais desfavorecidas, nos processos educacionais, liderado pelo Movimento Comunitário de Base de Ijuí-MCBI, um dos instrumentos indispensáveis, na época, para o desenvolvimento da região.

De certa forma, o MCBI foi fruto de um olhar estratégico dos Freis Capuchinhos, materializado mediante a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), em 1957. Esse movimento consolida a instalação do ensino superior na região, um empreendimento voltado para o desenvolvimento regional, tendo no processo de educação a sua práxis da transformação, que logo, em 1969, fez surgir a FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado e em 1985 a criação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Em 1993, a Universidade passou a ser regional e, por consequência, multicâmpi, com a instalação dos Câmpus de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos. Esse processo proporcionou uma atuação descentralizada na Região Noroeste do Estado, com o objetivo de efetivar na prática as dimensões básicas do fazer universitário - ensino, pesquisa e extensão - tendo presentes as competências técnicas e a postura ética e cidadã para contribuir com o processo de desenvolvimento regional.

O Movimento de Base é fruto da FAFI, que cria a FIDENE e, por consequência, a UNIJUÍ. Portanto, o fermento ou cerne está no espírito do MCBI que se constituiu em um processo cultural na Universidade e na região, mediante uma relação dinâmica entre o projeto de ensino superior e o desenvolvimento regional, cimentado pela Extensão

Universitária, ao empoderar a organização dos trabalhadores nos sindicatos, em cooperativas, tanto no interior como na cidade. Frantz (2003, p. 1) destaca o discurso do professor Mario Osorio Marques, um dos idealizadores MCBI, quando da instalação da FAFI, em 1957:

Deveria servir a região, responder aos apelos da realidade local deveria ser para toda a região, um centro de irradiação da cultura, de humanização do homem, de libertação do espírito para o domínio de si e da natureza. Deveria construir um saber consciente de suas responsabilidades (...). Deveria abrir as portas para todos, falar ao povo a linguagem do povo, ministrar cursos de extensão universitária para difundir as culturas, incrementar cursos populares, penetrar todos os lares para edificar, para construir, para salvar o homem do interior, para resolver problemas específicos, para conjurar perigos, para influenciar atitudes, para conservar e estruturar definitivamente essa mentalidade sadia de amor ao trabalho, amor ao progresso controlado pelo espírito, amor à responsabilidade na educação de nossos filhos.

A manifestação do professor Mario Osorio Marques, quando da instalação do ensino superior, revela, entre outras inquietações, a centralidade na Extensão Universitária, mediante a integração e o desenvolvimento regional, tendo no Movimento de Base a ferramenta de cunho político para mobilizar a organização dos sindicatos na cidade e no campo, a estruturação de cooperativas alimentadas pela pedagogia da práxis, em um movimento de baixo para cima, para a construção dos mecanismos de organização social.

No entender de Brum (1998, p. 44 e 45), a

organização e participação eram as palavras-chave, as ideias-força. Todo o trabalho e organização colocavam-se na perspectiva de um processo educacional e cultural de libertação e promoção humana a partir dos próprios indivíduos-sujeitos. A organização de base era tida como a forma mais consciente e eficaz de construção do poder do povo e de sua expressão como ator político e sujeito histórico.

Portanto, o MCBI foi uma rica experiência, com uma metodologia voltada para a formação democrática dos cidadãos, a construção de um poder, mediante a força dos protagonistas, de uma forma especial, os trabalhadores. Esse processo credencia o MCBI como uma referência para o trabalho da Extensão Universitária na região. No entender de outro integrante do Movimento de Base, o professor Walter Frantz (2008, p.08):

A experiência do MCBI nasceu sob a coordenação do núcleo de ciências sociais, da FAFI como uma mobilização de esforços de integração dos diferentes atores sociais locais, preocupados com a organização e o desenvolvimento de suas comunidades. O núcleo de ensino superior foi fundado, em março de 1956, pelos Freis Capuchinhos, voltado para a região e identificado com seus valores e necessidades, frente ao processo de mudanças que nela se operavam pela modernização de suas bases econômicas. O MCBI nasceu com forte conteúdo político pelo canal da "extensão universitária" da FAFI e foi desenvolvido, predominantemente, junto à população trabalhadora urbana e do meio rural, isto é, junto à agricultura familiar. Os seus principais atores foram trabalhadores urbanos e pequenos agricultores, professores, estudantes, lideranças comunitárias religiosas e leigas.

Os integrantes do MCBI entendiam que a caminhada da comunidade tem seu eixo central na educação, alimentado pelo diálogo permanente, que deverá ultrapassar a fronteira da simples troca de informações, na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, construindo um ambiente para o desenvolvimento regional.

Ao verificar o processo de diálogo nas ações extensionistas, a concepção freiriana consolida esse método, ao trabalhar a capacidade transformadora, a identificação do outro e de sua cultura, tendo na centralidade da orientação pedagógica o fazer educativo, tanto no mundo acadêmico como da comunidade.

Boufleuer (1997, p. 21) aponta que:

tornamo-nos propriamente humanos graças à pedagógica relação que estabelecemos com a geração mais velha e com nossos coetâneos. Desde a mais tenra idade outras pessoas, nossos pais e educadores, irmãos e companheiros, interagem conosco estabelecendo entendimentos sobre aspectos do mundo, a fim de que possamos nos desenvolver como indivíduos socializados.

É possível aceitar que uns aprendem com os outros, ao constituírem-se em atores sociais concretos em um processo de aprendizagem, ao adquirem as competências, em um caminhar comunicativo, com práticas de compartilhamento construindo sua própria identidade, buscando estratégias para o desenvolvimento das atividades profissionais e regionais.

As concepções científicas e práticas dialógicas encontram nos caminhos da Extensão Universitária, a efetividade da indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos - ensino, pesquisa e extensão - que é um compromisso histórico e um processo permanente de natureza dialética, para a conquista da cidadania e do desenvolvimento regional.

Tendo presente a indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, em 1987, organiza os caminhos da Extensão Universitária, enquanto campo acadêmico, como um processo educativo e científico, ao fazer da Extensão uma área do conhecimento, que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Na mesma matriz de pensamento, a indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior lança as Diretrizes da Extensão Universitária, no ano de 1999, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC).

2. Uma breve contextualização da UNIJUÍ – Multicâmpi

Em 1985, foi criada a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Em 1993 transforma-se em multicâmpi, com a instalação dos Câmpus de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos, para na prática, implantar a universidade na região e por consequência efetivar o projeto de extensionalidade, uma vez que, na UNIJUÍ, a Extensão constitui-se como um canal relevante de relacionamento das competências da universidade com a comunidade, e define-se como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (PDI - CONSU 21/2014).

Em contrapartida, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, ao ser instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu artigo 3º, dita que as instituições serão avaliadas tendo por objetivo identificar o perfil de sua atuação nas diferentes dimensões institucionais e remete para a existência de política em todas as dimensões, também incluída a extensão, como se vê:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio

de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, **a extensão** e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; (BRASIL, Lei nº 10.861, de 14.04.2004).

Deste modo, o movimento de extensionalidade, passa a ser objeto de avaliação do SINAES por um lado, por outro, movido pelo espito do MCBI, presente desde época FAFI, FIDENE e UNIJUÍ, enraizado ao longo de sua história, pelos Programas Extensionistas para auxiliarem no processo de capacitação e qualificação profissional no mundo do trabalho. Isso ocorre mediante a implantação de uma estrutura que possa dar organicidade às ações da extensão e garantir o acompanhamento e avaliação sistemáticos para a implantação das diretrizes, a fim de alcançar os objetivos propostos.

Portanto, compõem a estrutura de Extensão: Comitê de Extensão e Cultura; Núcleos de Extensão e Cultura dos Departamentos; Programas; Grupos Temáticos. Essa estrutura operacionaliza as ações comunitárias, de prestação de serviços, de ensino e de formação. Conta, ainda, com cinco programas: Educação e Formação de Professores; Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento Social; Atenção à Saúde; Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade e Inovação e Tecnologia (PDI - CONSU 21/2014).

A UNIJUI tem presente às três dimensões básicas de uma Universidade, ou seja, os fazeres acadêmicos - ensino, pesquisa e extensão:

I – a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo:

a) o ensino como processo educativo, constituído em âmbito da formação e do cultivo das áreas fundamentais do conhecimento, na perspectiva da interlocução e da produção coletiva dos conhecimentos profissionais, em suas diversas áreas, e organiza-se em programas, concebidos como a organização de conhecimentos, habilidades e valores, em cursos de formação profissional, cujo processo educativo está centrado na pesquisa e no desenvolvimento da capacidade de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

b) a pesquisa, como processo de construção e de reconstrução do conhecimento, constitui-se em dimensão orientadora das atividades de

ensino e de extensão na Universidade; é princípio impulsionador da formação científica e fator responsável pela interação teoria/prática, pelos avanços do conhecimento e pelo desenvolvimento da inovação tecnológica.

c) **a extensão**, como dimensão do enraizamento da Universidade em seu contexto social, constitui-se em espaço de interação com a sociedade, na perspectiva de melhor inserção na dinâmica de sua organização, socializando conhecimentos e promovendo atividades que auxiliem no desenvolvimento regional (PDI - CONSU 21/2014).

Amparado no PDI e na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES), que trata da avaliação Institucional no campo da Extensão, o Conselho Universitário aprovou a Resolução nº 08/2013 instituindo a Política e Diretrizes da Extensão na UNIJUÍ, consubstanciadas pelo princípio da intencionalidade, mediante um eixo transversal para as atividades acadêmicas, que dá continuidade à articulação entre teoria e prática e promove a integração entre universidade e sociedade, alimentando desta forma o Projeto Pedagógico dos cursos.

3. A extensão na prática – a presença do DACEC nos Quatro Câmpus da Unijuí

O DACEC - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, está presente nos Câmpus de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos. O Departamento desenvolve um conjunto de Projetos de Extensão vinculados ao Edital de Extensão, ou em convênio com os órgãos governamentais, em esfera estadual e federal, que, pelas atuais Políticas e Diretrizes de Extensão da UNIJUI, se classificam dentro da modalidade de Ações Comunitárias e de Prestação de Serviços.

Os Projetos de Extensão no Departamento têm foco em assessoria/consultoria econômico-gerencial para empresas da região; entidades sem fins lucrativos, para empreendimentos da economia solidária; pequenas empresas e cooperativas, além de atuação em termos de qualificação econômica e indicadores de desenvolvimento.

O Departamento conta com um quadro qualificado de docentes e discentes, com programas de ensino verticalizados nos três níveis: graduação, pós- graduação *lato sensu* e também a pós-graduação *stricto sensu* para auxiliar no processo de qualificação da matriz produtiva instalada e a ser desenvolvida na nova dinâmica do mundo empresarial, tanto rural como urbana.

A pós-graduação *lato sensu* é oferecida nas modalidades presencial e a distância, tendo um portfólio de cursos que tematizam as áreas funcionais nas ciências administrativas, contábeis, econômicas e da comunicação. A maioria dos docentes que atua na graduação tem também atuação nos programas *lato sensu*. O programa opera sob a denominação de Escola Superior de Gestão e Negócios – ESGN.

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento, que contempla os Cursos de Mestrado (acadêmico) e Doutorado - recentemente encaminhado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES estruturado a partir da área de concentração – *Gestão das Organizações e do Desenvolvimento*.

Os dois Programas, *lato* e *stricto sensu*, representam espaços de conexão com a graduação e com os Programas de Extensão Universitária. O trânsito de docentes da graduação e pós-graduação vai requerer destes um processo de estudos avançados ou mesmo atuação em Grupos de Pesquisa e de Extensão, o que também contempla os extensionistas vinculados aos Projetos.

O Departamento tem presente que a extensionalidade envolve a definição de três modalidades de ações de extensão: ações comunitárias, de prestação de serviços e de educação e de formação. Nessas ações é sempre imprescindível a presença de três atores – professor, estudante e comunidade. A resolução define uma estrutura composta pelos elementos: a) como órgão Superior do Comitê de Extensão e de Cultura vinculado à Vice Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; b) na esfera das Unidades Acadêmicas-Departamentos o Núcleo de Extensão e Cultura, integrado por representantes de cada curso do respectivo departamento; c) os programas de extensão em número de cinco; d) os projetos de extensão que se vinculam aos programas; e) as modalidades de ações de extensão; f) os grupos temáticos.

Ao conceituar as modalidades das ações de extensão a Resolução remete à possibilidade dos Projetos Pedagógicos dos Programas de Ensino formularem a sua proposta de conexão do Ensino com a Extensão, criando interações nas modalidades de ações nos Projetos e nos Programas. Vale trazer as concepções das modalidades de ações para auxiliar na clareza da proposta. São as seguintes Ações:

I - Ações Comunitárias: se constituem em proposições da universidade desenvolvidas através de projetos voltados à comunidade de forma sistemática, em espaço de interação com a

sociedade na perspectiva de melhor entender e inserir-se na dinâmica do desenvolvimento regional, de modo a desenvolver e socializar conhecimentos, técnicas e procedimentos e de levantar e apontar as potencialidades e problemas que poderão ser aprofundados na pesquisa e no ensino.

II - Ações de Prestação de Serviços: são competências institucionais colocadas à disposição da sociedade e podem ser desenvolvidas sob a forma de assessorias, capacitações e qualificação dos agentes sociais com o objetivo de compartilhar conhecimentos, técnicas e procedimentos metodológicos resultantes dos processos de pesquisa e/ou sistematizados pelos programas de ensino.

III - Ações de Educação e Formação: constituem-se na interação com a sociedade a partir dos projetos pedagógicos dos programas de ensino de graduação e de pós-graduação propostos pela universidade, incluindo-se nestas ações as atividades de estágios curriculares, os trabalhos de conclusão de curso e as atividades práticas no âmbito das disciplinas que se caracterizam em intervenções na realidade. Incluem-se ainda ações de interação e formação continuada (UNIJUÍ, Resolução CONSU nº 08/2013)

Ainda merecem registros as atividades extensionistas, presentes no PDI (2015-2019) que contam com Bolsas de Extensão do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) que incentiva a participação de estudantes mediante a concessão de bolsas vinculadas aos projetos aprovados pelo Comitê de Extensão e Cultura. Além disso, há o Programa de Voluntariado Acadêmico (PROAV) que possibilita a inserção do estudante de graduação e de pós-graduação de forma voluntária em projetos e certifica a participação. Também, a vivência da extensão universitária é propiciada aos graduandos pelas atividades curriculares.

O DACEC tem sido demandado por entidades do Sistema “S” para a execução de Projetos de Extensão por convênio. Os Projetos vêm tendo foco em Ações de Extensão orientadas para a capacitação de empresas para a exportação, para a qualificação produtiva e inovação e para a gestão de diversos empreendimentos, entre eles as cooperativas empresariais e de economia solidária.

Merece destaque o Projeto de Extensão Produtiva e Inovação (PEPI) com atuação no Corede Colonial desde 2012, atendendo os ramos da indústria, tais como o têxtil, o alimentício, o do vestuário, o metal mecânico, dentre outros e que proporciona uma relação continuada entre empresas e instituições locais de capacitação, tecnologia, pesquisa, crédito e ensino. É integrado ao Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos

Produtivos Locais e conta com recursos do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Proredes-Bird).

A implantação de um conjunto de Projetos, com recursos da Instituição, por convênios, oportuniza um rico ambiente no fazer acadêmico – pesquisa, extensão e ensino - constituindo um banco de dados disponível para os Grupos de Pesquisa e Ensino com possibilidades reais de efetivarem novas referências teóricas e práticas, indispensáveis para o mundo acadêmico, empresarial e para o desenvolvimento da região.

Com os Projetos de Extensão em funcionamento no DACEC tem-se presente um conjunto de oportunidades, tanto para o mundo acadêmico como empresarial, mediante atuação voluntária dos acadêmicos nos Projetos de Extensão, em estágios não obrigatórios junto aos Projetos de Extensão por convênio; desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso; participação dos acadêmicos em oficinas, *workshops*, seminários, palestras, oportunizadas no conjunto das disciplinas do curso em que os casos das organizações assistidas pelos projetos de extensão por edital ou convênios passam a ser objeto de estudo; participação dos acadêmicos em visitas técnicas a organizações, coordenadas por professores, com o objetivo de conhecer práticas organizacionais a partir de relatos e observações *in loco*.

Ao verificar a materialização da extensionalidade, é possível encontrar o fazer acadêmico - ensino, pesquisa e extensão - contemplado pelo Projeto Pedagógico do Departamento, que, mediante a efetivação da extensão, implementa um conjunto de estratégias no ensino e na pesquisa no Departamento. Porém, há que se ter uma competência no processo de extensionalidade, em boa parte, tem contribuído para a manutenção e permanência dos empreendimentos na cidade e no campo, como no processo de desenvolvimento regional. Porém, por vezes, o movimento extensionista tem sido desafiado em dar respostas aos problemas operacionais, o que pode facilitar a prática da instrumentalização. Ao optar pelas atividades diárias e rotineiras, a serem desenvolvidas, seja pelos empresários rurais e urbanos, o que oportuniza um ambiente de informações tecnológicas, até porque os empresários estão exigindo constantemente respostas a suas perguntas, de cunho eminentemente técnico e não estratégico.

Portanto, o movimento extensionista, poderá ser orientado pela racionalidade instrumental, um ciclo vicioso ao qual está habituado, oportunizar respostas aos problemas diários. Porém, a maioria dos empreendimentos na região é de natureza familiar e não

podem ser entendidos só pela razão técnica, mas, sim, pela ação enquanto atores, em um processo educativo e comunicativo permanente. Nesse processo se reconhece a pedagogia da prática da cooperação, da construção e reconstrução das relações humanas, onde a gestão empresarial deverá ultrapassar a ação técnica em função da estrutura produtiva, ao associar família-produção-trabalho. Isso exige um ambiente dialógico para planejar, organizar/executar e avaliar todo o processo empresarial e de desenvolvimento da região.

Tem-se presente que, em toda prática, como em todo processo educativo de formação e qualificação profissional, um novo paradigma não substitui o outro no todo. Existe um processo altamente complexo e doloroso nessa passagem, no qual um conceito e uma prática se articulam a outro. Além do mais, esse processo de aprendizagem ao construir novas práticas e novos saberes não elimina por completo os saberes tecnológicos e as práticas empresariais incorporados ao longo da história.

Diante disso, uma nova prática pode ser planejada na interação do extensionista e do empresário, ao minimizar a matriz instrumental, ao refletir o sentido e o significado de uma nova prática, orientada com competência para planejar todo o processo produtivo e o desenvolvimento da região.

A expressão “competência” passou a ser associada à qualificação profissional nos últimos anos. No entender de Manfredi (1998), a competência tem uma matriz distinta da qualificação. A qualificação está associada ao repertório teórico das Ciências Sociais, ao passo que a competência está historicamente ancorada nos conceitos de capacidades e construtos herdados das Ciências Humanas – da psicologia, da educação e da linguística. Por isso a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, devem estar presentes em todas as atividades de extensão.

Portanto, ao refletir os desafios da extensionalidade, em suas práticas, bem como ao olhar o cenário altamente competitivo, surge uma angústia: como entender a cooperação entre as inovações tecnológicas, as mudanças e o estabelecimento da competência? Poder-se-ia admitir que esteja ocorrendo uma elevação das competências dos empresários/comunidade? Parece que esse é o ponto de partida e o maior desafio. Verificações no plano empírico deixam a entender uma conexão direta entre um novo padrão tecnológico e as mudanças na demanda das competências no movimento extensionista.

Em uma perspectiva otimista, é possível aceitar que as inovações tecnológicas avançam em maior escala em função da pressão do mercado sobre os empreendimentos e sobre as conquistas para o desenvolvimento regional. Esse processo rompe a rigidez da lógica taylorista/fordista de produção e de superação dos seus princípios administrativos (divisão técnica do trabalho, hierarquia, autoridade). Assim, as inovações organizacionais, no ambiente empresarial, geram novas demandas de competências e de qualificação profissional, que se apresentam como necessárias à produção flexível, sobretudo aquelas habilidades que preparam o indivíduo para o enfrentamento de situações imprevistas e tarefas cada vez mais complexas, cujo desafio também está presente no trabalho extensionista.

As atividades extensionistas apontam transformações que passam a subverter os antigos modelos de trabalho, qualificação e emprego, uma vez que o movimento contemporâneo no mundo do trabalho, produz inovações em todos ambientes mudando não só a base técnica, ou as formas de trabalhar. Esse processo apresenta controvérsias, no qual as novas formas de organizar o trabalho implicam em um aprendizado de conteúdos, de habilidades cognitivas, o que exige mais o pensar do que o fazer. Portanto, não se faz necessário mais mão de obra e sim “cérebro de obra”, desafio indispensável para a compreensão das atividades extensionistas, elemento central no desenvolvimento da região.

O processo extensionista aponta um novo olhar para as competências que tratam das habilidades dos profissionais, de como intervir, de como saber fazer, tendo como referência sempre o profissional e não mais o posto de trabalho. Essas competências são apontadas em função do novo modelo de acumulação flexível, que exige as capacidades de pensar, decidir, ter iniciativa, fabricar e consertar, bem como administrar a produção e planejar o desenvolvimento empresarial e regional, por que o profissional é, ao mesmo tempo, operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro e agente do desenvolvimento.

Ao contemplar esse novo cenário empresarial e regional, que exige competências e qualificações, os mecanismos indispensáveis são os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as Diretrizes da Extensão, o PDI e a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES), mediante uma visão consubstanciada pelo princípio de que o docente e discente devem envolver-se em questões de Extensão, mediante disciplinas que possibilitam conexão com a mesma, o

que fortalece a visão e missão da Universidade, tanto para a comunidade interna quanto para a externa.

A UNIJUI cultiva como visão: “Consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região”. Para dar conta dessa visão, trabalha com a missão: “Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região” (UNIJUI, PDI, 2015-2019). Com base nessas discussões, parte-se na sequência para a conclusão do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, busca-se a compreensão da natureza de uma Universidade Comunitária, para qualificar as Ações Extensionistas. A UNIJUI, como a maioria das Universidades Comunitárias, foi constituída e mantém em seu Estatuto, no Regimento, nas Resoluções, Projetos Pedagógicos, Planos de Ensinos e no PDI a marca do movimento comunitário. Assim, para essa instituição, a Extensão constitui-se em um instrumento extremamente importante para o relacionamento das competências da universidade com a comunidade. Além disso, alia-se com o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade.

Ao retomar o entendimento do movimento extensionista, edificado pelas contribuições das Instituições Comunitárias e Públicas, que norteiam suas práticas (missão, visão), torna-se relevante ter presente a Ação de Extensão proposta e desenvolvida ao longo da história na Instituição.

Em um segundo momento, verificou-se a cooperação entre Pesquisa e Extensão na produção do conhecimento, tendo a práxis na busca de respostas às demandas da comunidade, fortalecendo, desta forma, a relação da Universidade com a comunidade externa. São, portanto, Ações Extensionistas, com metodologias e práticas de intervenção que reafirmam a relação dialógica entre Universidade e outros setores da sociedade, estabelecendo competências em ambos os ambientes – Universidade e comunidade – na busca do desenvolvimento da região.

Em uma terceira parte, faz-se necessário verificar se as Atividades Extensionistas de fato fomentam o desenvolvimento da região. Essa caminhada necessita contar com elaboração de um referencial teórico e prático para fundamentar as Ações do Planejamento da Extensão, tendo presente a indissociabilidade do fazer acadêmico – ensino, pesquisa e extensão – mediante um olhar interdisciplinar, de forma dialógica, tanto na Universidade como na sociedade.

Como quarto item, é necessário manter uma reflexão permanente diante das Ações Extensionistas, pois há uma tendência desses fazeres acadêmico isolar-se do conjunto das práticas universitárias. Para tanto, é indispensável o planejamento do mesmo, onde a Extensão ocupa um espaço estratégico, como categoria fundante da ética, ao oportunizar a reflexão do sentido e da relevância da Extensão, permeando todas as ações para desenvolver a sustentabilidade do fazer acadêmico, da comunidade e do desenvolvimento regional.

No entanto, é indispensável que toda academia tenha presente os esforços realizados pelos estudos da interdisciplinaridade e da indissociabilidade. Mesmo assim, encontram-se herdeiros da tradição que compartimentaliza, que dissocia o fazer acadêmico ao planejar as Atividades Extensionistas. Para tanto, faz-se necessário romper com essa tradição, ampliando e assumindo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ao questionar a relevância da Extensão enquanto fundamento do desenvolvimento.

Portanto, a matriz de planejamento das Atividades Extensionistas poderá contribuir de forma significativa para o empoderamento do saber acadêmico, ao tornar-se um bem público, um mecanismo de articulação de um ambiente empreendedor em todas as atividades acadêmicas e na comunidade em busca do desenvolvimento regional. Essa estratégia de planejamento desafia cada docente e discente, na qualidade de educador e educando, responsáveis pelo fazer acadêmico, ao socializar o conhecimento, o Ensino enquanto método de produção do conhecimento e a Extensão como afirmação e fundamento do valor ético do conhecimento, para afirmar sua especificidade na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por fim, o planejamento Institucional deverá manter sua tradição histórica, ser construído de maneira participativa, mobilizando e comprometendo a todos na Universidade e na comunidade, em um processo de indissociabilidade e interdisciplinaridade para

alcançar a sustentabilidade em todos os ambientes que envolvem o mundo acadêmico e comunitário em prol do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BOUFLEUER, José Pedro. *Pedagogia da ação: uma leitura de Habermas*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 15 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRUM, Argemiro Jacob. UNIJUI. *Uma Experiência de Universidade Comunitária. Sua História, suas Ideias*. 2ª ed., Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 1998.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, 2012

FOREXT. *A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico*. Recife: Fasa Editora, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001.

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. *Política e Diretrizes de Extensão da UNIJUI*. Ijuí: Unijuí, 2013.

_____. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Comissão Própria de Avaliação. *Relatório de Autoavaliação Institucional da UNIJUI*: abril de 2013 a janeiro de 2014. Ijuí: UNIJUI, 2014.

_____. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (PDI, 2015-2019).

FRANTZ, Walter. *O Movimento Comunitário de Base de Ijuí, Brasil. Uma Experiência Histórica de Organização e Educação para a Cooperação*. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, 2008.

FRANTZ, Walter. *Participação e democracia em organizações cooperativas: fundamentos de novas relações sociais*. Ijuí: Unijuí, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.



MARQUES, Mario Osorio e BRUM, Argemiro Jacob. *Uma Comunidade em Busca de Seu Caminho*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MANFREDI, Maria Silvia. Trabalho, qualificação e competência profissional– das dimensões conceituais e políticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP: Unicamp, v. 19, n. 64, set., 1998.

POLÍTICA NACIONAL DE GRADUAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, 2004.

RESOLUÇÃO CONSU 21/2014, UNIJUI: IJUÍ, RS.

ROCHA, R. M. Gurgel. A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. In. FARIA, Dóris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.